

Porto.

Agendar, quando
possível, a Eleição
em Sessão da Assembleia

Exmo. Senhor

Presidente Assembleia Municipal do Porto

Dr. Miguel Pereira Leite

O Presidente
da Assembleia Municipal do Porto

Miguel Pereira Leite

16.11.2021

Data

10/01/2020

Nossa Referência

NUD/14837/2020/CMP

Vossa Referência

Assunto: Designação dos representantes das Freguesias do Concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Excmo. Senhor

O Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, estabelecido através do decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, determina a obrigatoriedade dos Municípios possuírem um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Pese embora o parecer inicial da Direção Geral dos Recursos Florestais, emitido em 2007, que entendia que no caso específico do Concelho do Porto "(...) não há necessidade de possuir um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (...) devido à superfície residual de espaços rurais em território municipal" propondo uma alteração legislativa que prevísse as situações de exceção entretanto detetadas, a verdade é que ao longo dos últimos anos o referido decreto-lei se manteve inalterado.

Goradas todas as tentativas junto das entidades competentes, para que promovessem as necessárias adaptações legislativas no sentido de excecionar os territórios sem floresta, como o é o caso do Concelho do Porto, da obrigatoriedade de possuírem um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e constituindo este instrumento um documento obrigatório à aprovação do Plano Diretor Municipal, torna-se necessária a constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta a quem compete a elaboração do respetivo Plano.

Nos termos do disposto no artigo 3º - D do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, as Comissões Municipais de Defesa da Floresta são constituídas por:

- a) O presidente da câmara municipal ou seu representante, que preside;
- b) Até cinco representantes das freguesias do concelho, a designar pela assembleia municipal;
- c) Um representante do ICNF, I. P.;
- d) (Revogada.)
- e) O coordenador municipal de proteção civil;
- f) Um representante da GNR;
- g) Um representante da PSP, se esta estiver representada no município;
- h) Um representante das organizações de produtores florestais;
- i) Um representante da IP, S. A., um representante do IMT, I. P., e dois representantes dos concessionários da distribuição e transporte de energia elétrica, sempre que se justifique;
- j) Outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão.

Perante o exposto, e nos termos da alínea b) do artigo 3º - D do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, vimos solicitar que a Assembleia Municipal designe até cinco representantes das freguesias do Concelho que deverão integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara



Rui Moreira



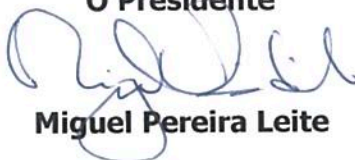
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Eleição do representante das Freguesias do Concelho na
Comissão Municipal de Defesa da Floresta.
NUD/14837/2020/CMP**

**Deliberação: Em votação por escrutínio secreto, aprovada a eleição de
Ernesto Fortunato Neves dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia
de Campanhã, para representante das Freguesias do Concelho na
Comissão Municipal de Defesa da Floresta, por maioria, com 34 votos a
favor, 2 votos contra e 9 votos em branco.**

Sessão Extraordinária de 17 de fevereiro de 2020.

O Presidente



Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária



Paula Ribeiro de Faria

O 2.º Secretário



José Serôdio